



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa para execução de serviços de monitoramento de alarmes, fornecimento de peças manutenção corretiva, com instalação e configuração das centrais, de acordo com a demanda, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1 DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E PREÇOS MÁXIMOS:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT/ CATSER	Unid	Qtda	Valor unitário (mensal)	Valor total (anual)
1	1.1	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Fórum do Trabalho de Foz do Iguaçu - Avenida Paraná 3710 - Jardim Polo Centro - CEP 85863469	14826	Mês	12	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00
	1.2	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara Itinerante de Medianeira - Avenida Pedro Soccol 2500 - Centro - CEP 85884000	14826	Mês	12	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00
	1.3	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Fórum do Trabalho de Cascavel - Rua Galibis 328 - Parque Santo Onofre - CEP 85806390	14826	Mês	12	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
	1.4	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Fórum do Trabalho de Toledo - Rua Dra. Zilda Arns Neumann 850 -	14826	Mês	12	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

		Tocantins - CEP 85904530					
VALOR ANUAL DAS PEÇAS (VALOR FIXO)							R\$ 5.975,08
Total Máximo Lote 1							R\$ 17.255,08
2	2.1	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Assis Chateaubriand - Avenida Cívica 260 - Jardim América - CEP 85935000	14826	Mês	12	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00
	2.2	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Mal Cândido Rondon - Rua Pastor Meier 799 - Centro - CEP 85960000	14826	Mês	12	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00
	2.3	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Posto Avançado de Palotina - Rua Ipiranga 716 - Praça da Liberdade - CEP 85950000	14826	Mês	12	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
VALOR ANUAL DAS PEÇAS (VALOR FIXO)							R\$ 5.975,08
Total Máximo Lote 2							R\$ 14.255,08



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

3	3.1	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Laranjeiras do Sul - Rua Marechal Cândido Rondon 1975 - Centro - CEP 85301060	14826	Mês	12	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00
	3.2	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Dois Vizinhos - Rua Rio Grande do Norte 240 - N. Sra. de Lourdes - CEP 85660000	14826	Mês	12	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00
	3.3	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Francisco Beltrão - Rua Tenente Camargo 2322 - Presidente Kennedy - CEP 85601610	14826	Mês	12	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00
	3.4	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Palmas - Avenida Capitão Paulo De Araújo, 563 - Santa Cruz - CEP 85692032	14826	Mês	12	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00
	3.5	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Fórum de Pato Branco - Rua Paraná 1547 - CentrO - CEP 85501025	14826	Mês	12	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
VALOR ANUAL DAS PEÇAS (VALOR FIXO)						R\$ 5.975,08	
Total Máximo Lote 3						R\$ 19.535,08	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

4	4.1	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Campo Mourão - Avenida Goioerê 779 - Centro - CEP 87302070	14826	Mês	12	R\$ 240,00	R\$ 2.880,00
	4.2	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Cianorte - Travessa Itororó 188 - Centro - CEP 87200153	14826	Mês	12	R\$ 142,94	R\$ 1.715,28
	4.3	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Fórum do Trabalho de Umuarama - Avenida Rio Branco 3700 - Centro Cívico - CEP 87501130	14826	Mês	12	R\$ 240,00	R\$ 2.880,00
VALOR ANUAL DAS PEÇAS (VALOR FIXO)						R\$ 5.975,08	
Total Máximo Lote 4						R\$ 13.450,36	
5	5.1	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara Itinerante de Loanda - Av Gov. Munhoz Da Rocha, 389 - Centro - CEP 87900000	14826	Mês	12	R\$ 260,00	R\$ 3.120,00
	5.2	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas Localizada Na Edificação: Vara Do Trabalho De Paranavaí - Rua Antonio Vendramin 2150 - Jardim Iguaçu - CEP 87705300	14826	Mês	12	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

5.3	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Nova Esperança - Praça Prefeito Pedro Zanusso 236 - Centro - CEP 87600000	14826	Mês	12	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00	
	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Fórum do Trabalho Maringá - Avenida Gastão Vidigal 823 - Zona 8 - CEP 87053310	14826	Mês	12	R\$ 240,00	R\$ 2.880,00	
VALOR ANUAL DAS PEÇAS (VALOR FIXO)						R\$ 5.975,08	
Total Máximo Lote 5						R\$ 17.975,08	
6	6.1	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Ivaiporã - Avenida Brasil 345 - Centro - CEP 86870000	14826	Mês	12	R\$ 260,00	R\$ 3.120,00
	6.2	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara Itinerante de Pitanga - Av. Interventor Manoel Ribas, 420 - Centro - CEP 85200000	14826	Mês	12	R\$ 260,00	R\$ 3.120,00
VALOR ANUAL DAS PEÇAS (VALOR FIXO)						R\$ 5.975,08	
Total Máximo Lote 6						R\$ 12.215,08	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

7	7.1	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Apucarana - Av Central Do Paraná, 1380 - Jardim Diamantina - CEP 86804190	14826	Mês	12	R\$ 260,00	R\$ 3.120,00
	7.2	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Arapongas - Rua Harpia 405 - Centro - CEP 86701260	14826	Mês	12	R\$ 260,00	R\$ 3.120,00
	7.3	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Cambé - Avenida Da Esperança 360 - Jardim Alvorada - CEP 86191030	14826	Mês	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
	7.4	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Rolândia - Avenida Presidente Vargas 2270 - Centro - CEP 86600000	14826	Mês	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
	7.5	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Porecatu - Avenida Paranapanema 252 - Jardim Bela Vista - CEP 86160000	14826	Mês	12	R\$ 270,00	R\$ 3.240,00
VALOR ANUAL DAS PEÇAS (VALOR FIXO)							R\$ 5.975,08
Total Máximo Lote 7							R\$ 21.935,08



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

8	8.1	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Bandeirantes - Rua Eunício Silva Novaes 7111 - Centro - CEP 86362024	14826	Mês	12	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
	8.2	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Cornélio Procópio - Rua XV de Novembro, 830 - Centro - CEP 86300000	14826	Mês	12	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
	8.3	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Jacarezinho - Rua Dom Fernando Tadei 1636 - Centro - CEP 86400000	14826	Mês	12	R\$ 330,00	R\$ 3.960,00
	8.4	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Santo Antonio da Platina - Rua Treze de Maio 167 - Centro - CEP 86430000	14826	Mês	12	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
VALOR ANUAL DAS PEÇAS (VALOR FIXO)						R\$ 5.975,08	
Total Máximo Lote 8						R\$ 21.335,08	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

9	9.1	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Ibaiti - Rua Euclides Monteiro 739 - Centro - CEP 84900000	14826	Mês	12	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
	9.2	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Jaguariaiva - Rua Tenente-Coronel Joaquim Carneiro 331 - Centro – CEP 84200000	14826	Mês	12	R\$ 350,00	R\$ 4.200,00
	9.3	Monitoramento 24 horas: Central de alarme, marca Intelbras modelo AMT 2018 EG IP 24 horas localizada na edificação: Vara do Trabalho de Wenceslau Braz - Rua Expedicionários 20 - Centro - CEP 86500000	14826	Mês	12	R\$ 370,00	R\$ 4.440,00
VALOR ANUAL DAS PEÇAS (VALOR FIXO)							R\$ 5.975,08
Total Máximo Lote 9							R\$ 18.215,08

1.1.2 PEÇAS E MANUTENÇÕES CORRETIVAS PARA CADA LOTE

Despesas estimativas. Empenho somente sob demanda. CATMAT/CATSER: 97713

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE ANUAL POR LOTE	VALOR UNITÁRIO	VALOR ANUAL POR LOTE
01	Substituição e/ou configuração de central de alarme	Serviço	3	R\$ 213,33	R\$ 640,00
02	Substituição, manutenção e/ou redimensionamento de sensores.	Serviço	25	R\$ 86,67	R\$ 2.166,67
03	Substituição de bateria, com fornecimento de bateria selada (VRLA) 12v, 7a	Unid.	3	R\$ 174,25	R\$ 522,75
04	Fornecimento com substituição e/ou lançamento de cabeamento 4 vias para central de alarme	Metro linear	500	R\$ 3,30	R\$ 1.650,00
05	Substituição de sirene para central de alarme, com fornecimento de sirene 12v, 120db	Unid.	2	R\$ 101,17	R\$ 202,33



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

06	Substituição do módulo de comunicação da central com instalação e fornecimento de comunicador Ethernet/GPRS, sistema quadriband, acompanhado de antena externa, com capacidade para 2 cartões SIM, protocolo TCP/IP. Referência: Intelbras AMT 2018 EG IP 24 horas.	Unid.	2	R\$ 396,67	R\$ 793,33
Total					R\$ 5.975,08

Obs: As peças e serviços de configurações e manutenção corretiva serão fornecidos sob demanda.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, contados de 29/06/2026 ou da assinatura do contrato, se posterior, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, sob item SIGEO 151102026000423 - Monitoramento de alarme das Setoriais Cascavel, Maringá e Londrina (nova licitação).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Serão atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia de Contratações Sustentáveis aprovado pela Resolução 310/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

4.1.1. Serão observados os itens 1.1.6 – Pilhas e baterias e 2.6 – Manutenção corretiva e preventiva de equipamentos do Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.

4.1.2. Para o descarte de baterias será observado a Resolução Conama nº 401-2008 que estabelece os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio para pilhas e baterias comercializadas no território nacional e os critérios e padrões para o seu gerenciamento ambientalmente adequado.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES INERENTES À EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

4.2. Declaração, emitida pela licitante, de que tomou conhecimento de todas as condições inerentes à execução do objeto da contratação (conforme Modelo Anexo I).

4.2.1. Caso a licitante opte por conhecer o local onde será executado o objeto da licitação, a visita (vistoria) poderá ser realizada até o último dia útil anterior à data prevista para a sessão pública do procedimento licitatório.

4.2.2. Caso agendamento das vistorias deverá ser efetuado diretamente com o fiscal responsável.

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 O início da vigência do contrato: A partir da assinatura do contrato.

5.1.2 O início da execução do objeto: A partir de 29/06/2026.

5.1.3 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.3.1 O monitoramento 24 horas da central de alarme deverá ser realizado por comunicação via Ethernet (protocolo TCP/IP) e, simultaneamente, via GPRS (General Packet Radio Services) e inclui os seguintes serviços:

- I) Configuração da central de alarme para comunicação via Ethernet (protocolo TCP/IP).
- II) Implementação de dispositivos de comunicação; alteração de protocolos de comunicação, **inclusive o fornecimento e manutenção do chip GPRS.**
- III) Cadastramento, descadastramento e atualização: dos usuários para ativação e desativação da central, dos responsáveis indicados no caso de acionamento do sistema, bem como do horário de funcionamento da Unidade.
- IV) Acompanhamento em conjunto com a área técnica deste Tribunal em caso de eventuais problemas e/ou dificuldades de comunicação com os sistemas instalados.
- V) A empresa contratada deverá manter, no caso de pane do sistema ou falha na comunicação com a central via Ethernet (protocolo TCP/IP), o monitoramento do sistema de alarme do imóvel atendido, por intermédio da comunicação com o chip via GPRS, para que não ocorra a interrupção dos serviços.
- VI) Dar suporte, através de telefone ou visita técnica, para a resolução de dúvidas referentes à operacionalização do sistema, sempre que solicitado.
- VII) Solicitação de apoio policial quando necessário.
- VIII) Aviso aos responsáveis indicados no caso de acionamento do sistema.
- IX) Vistoria do local quando do atendimento de ocorrências.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- X) A empresa contratada deverá considerar como ocorrência os casos de falha de conexão, ou o não recebimento dos dados do sistema monitorado, e, com isso, adotar as providências necessárias (vistoria no local e acionamento do responsável local pela Unidade).
- XI) Preliminarmente, em casos de acionamento do alarme ou falhas de conexão, o operador de monitoramento remoto da empresa contratada deve, imediatamente, entrar em contato com o operador de monitoramento de CFTV do TRT9, pelo telefone (41) 3310-7777 para receber informações sobre o que se passa nas imagens de CFTV da localidade onde o alarme foi acionado.
- a) O contato telefônico mencionado nesta cláusula tem como finalidade aprimorar o atendimento das ocorrências e não exime a empresa contratada de tomar as providências constantes nas demais cláusulas.
- XII) Se, após verificação das imagens de CFTV da Unidade onde o alarme foi acionado, for detectada movimentação suspeita, o operador de CFTV do TRT9 repassará de imediato para a empresa de monitoramento a situação verificada. Esta, por sua vez, ao receber tal informação deverá acionar o apoio tático para que se desloque até o local da ocorrência.
- a) A chegada do apoio tático ao local da ocorrência, citado neste inciso, deverá ocorrer em no máximo **10 (dez) minutos** após a confirmação do operador de CFTV do TRT9 de que há movimentação suspeita na unidade
- b) A contratada deverá ainda, tão logo tenha acionado o apoio tático, conforme subitem 'a' acima, contatar o servidor responsável pela Unidade e informá-lo sobre o disparo de alarme ocorrido.
- c) Ato contínuo, a contratada deverá prosseguir com o atendimento conforme descrito no inciso XVI.
- XIII) Quando o operador de CFTV do TRT9, após ter sido acionado pelo operador de monitoramento remoto da empresa contratada, verificar pelas imagens que não há necessidade de contatar o responsável da Unidade, nem do envio de apoio tático ao local de disparo do alarme, a contratada fica dispensada dessas providências.
- a) Neste caso, o operador da contratada deve registrar essa informação no relatório de monitoramento, informando o nome do operador de CFTV que dispensou a providência.
- XIV) Caso o operador de CFTV do Tribunal não atenda a ligação ou houver qualquer outro impeditivo que inviabilize o recebimento de informações por telefone, a empresa contratada deverá dar continuidade ao atendimento da ocorrência conforme inciso XV.
- a) Neste caso, o operador da contratada deve registrar essa informação no relatório de monitoramento, informando o horário de tentativa do contato telefônico.
- XV) O operador de monitoramento remoto da empresa contratada, nos casos citados no inciso anterior (XIV), deverá contatar de imediato o servidor responsável pela Unidade em que houve o disparo de alarme, verificando por meio de senhas e contra-senhas se o acionamento se trata de uma ocorrência real ou "alarme falso", conforme subitem 'b' do inciso XII. Havendo impossibilidade de contatar o responsável pela Unidade ou confirmada a ocorrência, deve adotar as providências necessárias, conforme subitem 'a' do inciso XII e inciso XVI.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- XVI) Permanência de um agente do apoio tático no local, em caso de invasão/furto, até o restabelecimento da ordem (chegada do responsável pelo imóvel, da polícia, ou dos agentes de segurança do Contratante).
- XVII) Emissão de relatório circunstanciado de ocorrência (situações de natureza policial – crime ou contravenção penal), em até **3 (três) dias úteis** após a ocorrência.
- XVIII) Emissão mensal de relatórios do monitoramento de cada unidade, sem os quais não será possível efetuar o pagamento de notas fiscais emitidas pela contratada.
- XIX) Inspeção preventiva nos equipamentos do sistema de alarme visando atestar o perfeito funcionamento de todos os componentes do sistema ou detectar eventual problema que frustrate os propósitos do monitoramento 24 horas ou do próprio sistema, sendo necessária, quando este apresentar defeito, a emissão e apresentação de relatório e/ou orçamento à Contratante.
- XX) A inspeção dos equipamentos de que trata o item anterior deverá ocorrer:
- a) No início da prestação dos serviços;
 - b) Ao menos uma vez ao ano;
 - c) Quando houver indícios de mau funcionamento do sistema - disparos constantes, inconformidade na ativação da central de alarme, ausência de recebimento de eventos (ativação, desativação, disparos), evidência de sabotagem (corte na linha IP/telefônica, curto-circuito no sistema, ausência de energia elétrica, etc.), no prazo de **1 (um) dia útil**.
- XXI) O telefone para a comunicação informado no inciso XI pode ser alterado. Tal alteração será informada por e-mail pelo Contratante com 48 horas de antecedência.
- XXII) A Contratada ficará responsável por qualquer dano ao patrimônio do Tribunal que porventura ocorra durante a manutenção dos equipamentos instalados, ressarcindo integralmente os valores que, preferencialmente, serão descontados no ato do pagamento da (s) Nota (s)Fiscal (is) a serem pagas.
- XXIII) O valor do prejuízo será calculado com base em valores de orçamentos, sendo que o valor a ser descontado será a média da somatória dos valores cotados pelas empresas.
- XXIV) As solicitações, notificações e intimações encaminhadas ao e-mail informado pela contratada serão válidas.
- XXV) A empresa contratada deverá responder formalmente à Contratante os questionamentos relativos à prestação dos serviços, no prazo **de até 03 (três) dias** úteis contados da solicitação.
- XXVI) O início da execução do objeto: **Até 5 (cinco) dias** a partir da emissão da ordem de serviço.

5.1.4 Local e horário da prestação de serviço: Nos imóveis descritos no item 5.2 – 24 horas por dia.

5.1.5 Cronograma de realização dos serviços: serviço continuado de monitoramento de alarme 24 horas que será realizado a partir de 29/06/2026.

Local da prestação de serviços



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

5.2 - Os serviços serão prestados nos seguintes imóveis:

Lote 1

Fórum do Trabalho de Foz do Iguaçu - Avenida Paraná 3710 - Jardim Polo Centro - CEP 85863469

Vara Itinerante de Medianeira - Avenida Pedro Soccol 2500 - Centro - CEP 85884000

Fórum do Trabalho de Cascavel - Rua Galibis 328 - Parque Santo Onofre - CEP 85806390

Fórum do Trabalho de Toledo - Rua Doutora Zilda Arns Neumann 850 – Jardim Tocantins - CEP 85904530

Lote 2

Vara do Trabalho de Mal Cândido Rondon - Rua Pastor Meier 799 - Centro - CEP 85960000

Vara do Trabalho Assis Chateaubriand - Avenida Cívica 260 - Jardim América - CEP 85935000

Posto Avançado de Palotina - Rua Ipiranga 716 - Praça Da Liberdade - CEP 85950000

Lote 3

Vara do Trabalho de Dois Vizinhos - Rua Rio Grande do Norte 240 - N. Sra. de Lourdes - CEP 85660000

Vara do Trabalho de Laranjeiras do Sul - Rua Marechal Cândido Rondon 1975 - Centro - CEP 85301060

Vara do Trabalho de Francisco Beltrão - Rua Tenente Camargo 232 -Presidente Kennedy – CEP85601610

Fórum de Pato Branco - Rua Paraná 1547 - Centro - CEP 85501025

Vara do Trabalho de Palmas - Avenida Capitão Paulo De Araújo, 563 - Santa Cruz - CEP 85692032

Lote 4

Fórum do Trabalho de Umuarama - Avenida Rio Branco 3700 - Centro Cívico - CEP 87501130

Vara do Trabalho de Campo Mourão - Avenida Goioerê 779 - Centro - CEP 87302070

Vara do Trabalho de Cianorte - Travessa Itororó 188 - Centro - CEP 87200153

Lote 5

Vara Itinerante de Loanda - Av Gov. Munhoz Da Rocha, 389 - Centro - CEP 87900000



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Vara do Trabalho de Paranavaí - Rua Antonio Vendramin 2150 - Jardim Iguazu - CEP 87705300

Vara do Trabalho de Nova Esperança - Praça Prefeito Pedro Zanusso 236 - Centro - CEP 87600000

Fórum do Trabalho Maringá - Avenida Gastão Vidigal 823 - Zona 8 - CEP 87053310

Lote 6

Vara do Trabalho de Ivaiporã - Avenida Brasil 345 - Centro - CEP 86870000

Vara Itinerante de Pitanga - Av. Interventor Manoel Ribas, 420 - CENTRO - CEP 85200000

Lote 7

Vara do Trabalho de Apucarana – Avenida Central do Paraná, 1380 - Jardim Diamantina - CEP 86804190

Vara do Trabalho de Araongas - Rua Harpia 405 - Centro - CEP 86701260

Vara do Trabalho de Rolândia - Avenida Presidente Vargas 2270 - Centro - CEP 86600000

Vara do Trabalho de Cambé - Avenida da Esperança 360 - Jardim Alvorada - CEP 86191030

Vara do Trabalho de Porecatu - Avenida Paranapanema 252 - Jardim Bela Vista - CEP 86160000

Lote 8

Vara do Trabalho de Cornélio Procópio - Rua XV de Novembro, 830 - Centro - CEP 86300000

Vara do Trabalho de Bandeirantes -Rua Eunício Silva Novaes 7111 - Centro - CEP 86362024

Vara do Trabalho de Jacarezinho - Rua Dom Fernando Tadei 1636 - Centro - CEP 86400000

Vara do Trabalho de Santo Antonio da Platina - Rua Treze de Maio 167 - Centro - CEP 86430000

Lote 9

Vara do Trabalho de Ibaiti - Rua Euclides Monteiro 739 - Centro - CEP 84900000

Vara do Trabalho de Wenceslau Braz - Rua Expedicionários 20 - Centro - CEP 86500000

Vara do Trabalho de Jaguariaiva - Rua Tenente-Coronel Joaquim Carneiro 331 - Centro – CEP 84200000

5.3 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.3.1 Serviço de monitoramento de alarme 24 horas e substituição de peças e configuração do sistema sob demanda.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

Especificação da garantia do serviço

5.4 A CONTRATADA deverá oferecer garantia mínima de 90 (noventa) dias para todas as peças, componentes e/ou acessórios fornecidos e serviços executados.

5.4.1 O início do prazo de garantia computar-se-á a partir da efetiva execução do serviço ou do fornecimento do material, conforme relatório de visita.

5.4.2 A CONTRATADA fica obrigada a cumprir o prazo de garantia de fábrica caso este seja em período superior ao prazo mínimo citado acima.

5.4.3 Durante o período da garantia, a CONTRATADA, independentemente de ser a fabricante do objeto, obriga-se a efetuar, sem ônus ao contratante, o reparo ou a substituição de todo e qualquer material/equipamento/serviço que apresentar irregularidade e/ou defeitos de fabricação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.6.1 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.6.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.6.3 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

6.6.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.6.5 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.6.6 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.7.1 Caso ocorram descumprimentos das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.8 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.8.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.8.2 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.8.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.9 O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.10 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

6.11 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.2.1 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.2.2 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.2.3 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.2.4 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.3 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.3.1 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.3.2 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

7.3.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.3.4 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.5.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.5.3 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.5.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.5.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

7.9.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#)

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

7.19 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20 O envio dos documentos fiscais (NF-e = Danfe, NFS-e, CT-e, recibo etc), para fins de recebimento pelos bens ou serviços prestados a este Tribunal somente será aceito desde que efetuado pelo Portal SIGEO da Justiça do Trabalho, disponível pelo seguinte link <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>. Para tanto, necessário que a empresa efetue cadastro no sistema, observando o prazo de 5 (cinco) dias a contar do início da vigência da contratação.

7.21 As instruções para cadastro da empresa e envio dos documentos podem ser acessadas no link <https://www.trt9.jus.br/portal/arquivos/7161768>.

7.22 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 PREÇO MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO

8.1 O preço máximo total da contratação é de **R\$ 156.171.03** /ano, sendo **R\$ 102.395,28** (cento e dois mil, trezentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos) para os serviços de monitoramento mensais, por 12 meses, e **R\$ 53.775,75** (cinquenta e três mil, setecentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), para fornecimento de peças e serviços de manutenção corretiva, valor este estimado que será usado/empenhado somente sob demanda. Esse valor corresponde ao preço estimado para os 9 lotes. Os valores individuais por lote estão descritos no item 1 deste Termo de Referência.

9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: Secretaria de Segurança Institucional;
- II) Fonte de Recursos:1000000000;
- III) Programa de Trabalho:168089;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39;

V) Plano Interno: 339039-77 – Vigilância ostensiva/monitoramento/rastreamento (para serviços mensais de monitoramento) e 339039-17 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos (para peças/materiais e serviços de manutenção corretiva).

9.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

10 REAJUSTE

10.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, **em 10/02/2026**.

10.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

11 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1 São obrigações do Contratante:

11.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

11.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

- 11.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;
- 11.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Contrato;
- 11.9 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 11.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 11.10.1** A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 11.11 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 11.12 Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.13 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 12.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 12.2 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 12.2.1** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 12.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#));
- 12.4 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 12.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

12.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

12.8 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.10 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.11 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.13 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

12.14 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.15 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

12.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.17 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.18 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

12.19 Comprovar a reserva de cargos a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));

12.20 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.21 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

12.22 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5 % (meio por cento) por hora de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 24 (vinte e quatro) horas;

(2) compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

13.4 Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

13.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

13.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO – PARANÁ
Secretaria de Licitações e Contratos

13.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

Curitiba, 13/02/2026

Fiscal do Contrato: Elisabete Pfaffenzeller

Fiscal Substituto: Jorge Gabriel How

Gestor: Claudio Germano Huf

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável